



## O rádio e seu potencial para a promoção da cidadania das mulheres de Palmas-TO<sup>1</sup>

Valquíria Guimarães da Silva,<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Tocantins – UFT  
Fernando Jorge Fonseca Neves<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Tocantins – UFT  
Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti<sup>4</sup>  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

### Resumo

Diagnosticar as principais temáticas que interferem na qualidade de vida das mulheres de Palmas e avaliar o rádio enquanto veículo de promoção dessa discussão, e, assim, contribuir para a construção da cidadania feminina, foi o objetivo deste trabalho. Para isso foi elaborado um questionário, com base em alguns temas sugeridos pela literatura de gênero e entrevistas junto a órgãos locais de defesa da mulher, e aplicado a uma amostra de 600 mulheres. Os temas extraídos foram: *Direitos no trabalho e cidadania*; *Direitos civis*; *Integridade física e psicológica*; e *Saúde da mulher*. Os resultados permitiram, também, confirmar o potencial do rádio enquanto veículo facilitador na formação crítica da consciência da mulher acerca de seus direitos e deveres.

**Palavras-chave:** Gênero; cidadania; conscientização; rádio; educação.

### Introdução

O presente artigo, ao abordar questões referentes à cidadania da mulher, presentes na problemática de gênero, busca unir as áreas de comunicação e educação com o objetivo de diagnosticar as principais temáticas que interferem na qualidade de vida das mulheres de Palmas. Assim, com base no projeto *Mulher e Políticas Públicas: conectando mulheres, parlamentares, movimentos e organizações de mulheres e audiências de rádio*<sup>5</sup> a pesquisa foi desenvolvida em Palmas. Este projeto de base foi realizado em João Pessoa, Paraíba, do qual a pesquisadora fez parte, e, como resultado,

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para Cidadania.

<sup>2</sup>Jornalista e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: vguimaraes@uft.edu.br.

<sup>3</sup>Economista e Mestre em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fejfofone@uft.edu.br.

<sup>4</sup>Jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora e coordenadora do Curso de comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: marluce@uft.edu.br.

<sup>5</sup>O projeto *Mulher e Políticas Públicas* foi desenvolvido em 1999 pela Universidade Federal da Paraíba, através do Departamento de Comunicação Social e Turismo, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes e do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação, e pelo Centro da Mulher 8 de Março, com apoio do DFID (*Department for International Development* do Governo Inglês) e do Conselho Britânico.



criou 25 programas de rádio versando sobre as temáticas centrais: Mulher e Política, Mulher e Saúde, Mulher e Educação, Mulher e Trabalho e Mulher e Violência.

O exercício da cidadania por parte das mulheres é marcado pela luta por igualdade de direitos e equidade de gênero. A exclusão das mulheres no processo político social perdurou por um longo período, exigindo uma ação afirmativa de gênero, para, assim, conquistar direitos que lhes são privados pela condição feminina.

As mulheres, enquanto grupo em posição de desigualdade estrutural, não têm tido as mesmas condições de acesso a todas as instâncias das políticas públicas. Além disso, diferentemente do homem, os ciclos de vida da mulher segmentam sua vida, particularmente com a maternidade. Para as mulheres a relação custo-benefício é diferente daquela que se coloca para os homens, já que elas, historicamente, têm obtido menos bens políticos.

A opressão que a mulher ainda sofre advém do papel que a sociedade lhe impôs. O pensamento crítico, que objetiva o conhecimento a respeito dos discursos, bem como a forma que esses discursos repercutem na realidade objetiva, passa pela consciência das relações de gênero vivenciadas no cotidiano.

A ONU ressalta que não existe desenvolvimento social sem o desenvolvimento das mulheres. São elas que têm suportado a responsabilidade principal pelas tarefas de reprodução biológica e social, violência doméstica e o descaso das políticas públicas. Estas não podem ser desenhadas e implementadas para um(a) cidadão (cidadã) abstrato(a), mas cada vez mais tem que levar em conta as especificidades dos grupos sociais.

E a educação torna-se um processo fundamental para ajudar os sujeitos a promoverem o processo de mudança em suas vidas. Paulo Freire (1977, p. 69) acrescenta que “[...] educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Dessa forma, este autor já sugere a união entre a comunicação e a educação.

Nesta perspectiva de grupos oprimidos, o caminho teórico escolhido para trabalhar foi a abordagem de gênero, que, de acordo com Eleonora Oliveira (1999, p. 70), “é a categoria que explica a relação de poder entre os sexos e nos dá a dimensão social da desigualdade sexual com base na naturalização e biologização dos sexos”, com suporte metodológico da educação problematizadora proposta por Paulo Freire (1980),



que prioriza o trabalho de formação de consciência, especialmente, nos setores explorados.

Assim, além da identificação dos principais temas que afligem o cotidiano feminino da cidade de Palmas, este trabalho teve, também, como objetivo, a avaliação do rádio enquanto veículo capaz de promover a sensibilização, reflexão e debate sobre questões de gênero, visando a busca pelo exercício da cidadania das mulheres.

Como procedimento metodológico, a primeira etapa consistiu na ampliação de leituras de livros e de documentos que abordassem a temática do rádio como instrumento de educação popular e do contexto histórico, político do país e do Estado, notadamente com relação à questão de gênero. A proposta de programas de rádio partiu da percepção do entendimento das mulheres de Palmas sobre os temas que mais afligem seu cotidiano. Para isso, buscou-se na literatura disponível e em fontes documentais locais, junto ao Cedim - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Casa da Mulher 8 de Março, Coordenação da Mulher, Direitos Humanos e Equidade e Delegacia da Mulher, um conjunto de temas que abordasse o universo feminino. Essa pesquisa bibliográfica e documental culminou na sugestão dos seguintes temas: *Direitos no Trabalho e Cidadania*; *Direitos Civis*; *Integridade Física e Psicológica*; e *Saúde da Mulher*. Cada tema foi subdividido em assuntos, também sugeridos com base na pesquisa bibliográfica.

A segunda etapa consistiu na aplicação de questionários nos principais setores urbanos palmenses. Procurou-se ordenar a importância que as mulheres de Palmas atribuem a cada assunto dentro dos respectivos temas. Como técnica estatística de campo, segmentou-se as mulheres em função de sua concentração residencial: Regiões Norte e Sul do Plano Diretor, Aurenys, Taquaralto, Taquaruçu, (Santa Bárbara e Taquari), que totalizam uma população feminina de 68.620 (IBGE, CENSO 2000).

Pelo fato do trabalho ser inédito, e, portanto, não existir informações anteriores sobre as variáveis pesquisadas, utilizou-se o percentual para a ocorrência (sucesso) definido por “P” e não ocorrência (fracasso), por “Q” de 50% cada, procedimento este, usual nestas condições. Utilizou-se um nível de confiança definido por Z igual a 98%, e admitiu-se um erro de 5% para mais ou para menos. Após aplicação da fórmula de determinação de amostras a partir de populações finitas, com distribuição normal de probabilidades, presentes na maioria dos manuais de estatística, dimensionou-se uma amostra de 600 mulheres.



## **A perspectiva de Paulo Freire e a contribuição do movimento feminista**

O primeiro passo para a tomada de consciência, conforme a educação de Freire, é a co-participação dos sujeitos no processo de conhecimento, que se dá através de um processo dialógico que permite aos sujeitos refletirem sobre a realidade, buscando compreender sua situação na sociedade. E esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação.

Assim, o aprendizado sobre a cultura do poder (suas relações/processos e formas/estruturas) através da capacidade de objetivar e conhecer a realidade de modo crítico é condição para a transformação da realidade e para a libertação de indivíduos e grupos daquilo que limita sua participação social, intelectual e política (Freire, 1970).

Um dos métodos para que essa consciência possa aflorar consiste em permitir que os sujeitos revivam suas experiências, reconstruam suas vivências por meio do esforço de, num trabalho em grupo, exponham seu viver, pensar e sentir a respeito das temáticas abordadas.

Para que essa consciência ocorra, é fundamental não só que se obtenha o conhecimento teórico sobre o tema, mas, que a aquisição desse conhecimento desencadeie uma atitude no sentido de alterar essa realidade. Isso é que confere a dinâmica histórica da sociedade e coloca os homens e mulheres como sujeitos da história.

O movimento feminista se expressa a partir do resultado de vários outros movimentos denunciadores das mais variadas formas de opressão e lutas pela superação das desigualdades sociais. O surgimento do feminismo vem romper com os modelos políticos tradicionais hierarquizados e autoritários, estabelecendo uma estreita ligação entre as relações interpessoais e a organização política.

Jane Souza (2002) explica que o feminismo além de introduzir aspectos novos na luta de contestação política, abordando temas como família, sexualidade, trabalho doméstico, cuidado com crianças etc., enfatizou como questão política e social, a forma como homens e mulheres são formados/as e produzidos/as como sujeitos “genericados”, politizando a identificação sexual e de gênero. Por isso, referem-se a homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas etc., como forma de distinguir uma realidade social manifestamente discriminatória.



Maria Eulina de Carvalho (2003, p. 60) acrescenta que os gêneros, definidos como um par de opostos constituem uma relação de poder, isto é, são representações sociais sujeitas a disputas políticas pela atribuição de significados. A autora explica que as relações de gênero envolvem desigualdade e dominação: “íntegram um complexo sistema de dominação masculina, fortemente institucionalizado e internalizado, e estruturam todos os aspectos da vida social, expressando-se na cultura, ideologia, violência, sexualidade, reprodução, divisão de trabalho, organização do estado e nas práticas discursivas”.

Valquíria Souza (1997) ressalta o papel do processo educativo que se inicia na família e continua fora dela, no convívio social, através dos meios de comunicação e na escola, que vai criando uma clara diferenciação entre o mundo masculino e o feminino. Acrescenta, ainda, que o termo gênero é utilizado para falar da construção cultural simbólica das relações homem-mulher.

Atualmente, as teorias de gênero passaram a constituir-se em referenciais importantes para o desenvolvimento de metodologias e ações educativas. O pensamento feminista esteve sempre voltado para uma análise das relações de gênero em diferentes contextos e épocas, mas é apenas na década de 80 do século XX que o termo “gênero” passa a ocupar o lugar que hoje se conhece, instituindo-se como uma categoria importante para a análise das relações sociais. Souza (2002, p. 3), em citação a Louro (1995), diz que “[...] além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das ciências sociais, o gênero despontava como uma importante categoria analítica para a História, em especial para a História da Educação”.

Temáticas sobre questões de gênero têm sido abordadas por diversos cientistas sociais. O debate se intensificou, sobretudo após a constatação de que as diferenças de gênero possuem um conteúdo social muito maior que biológico, conduzindo, com base em Paulo Freire, à conclusão de que a mulher é submetida a uma “pedagogia da submissão” (SILVA, 2004).

Uma importante ferramenta que alia educação e comunicação alcançou grande importância no processo de desconstrução dessa pedagogia – a Educomunicação (SOARES, 2001). Neste contexto, pesquisas mostram que o rádio se constitui num veículo capaz de superar as dificuldades criadas pelo dinamismo do mundo contemporâneo, onde os afazeres cotidianos não permitem que se atenha por tempo suficiente diante dos principais veículos de comunicação. Com efeito, as atividades do dia-dia não se incompatibilizam com o veículo auditivo.



## **A condição histórica das mulheres e suas lutas**

O tema mulher e cidadania coloca algumas questões básicas. Onde está a cidadania feminina, se a mulher foi excluída de todo o processo educativo, político e social da sociedade? Onde está a cidadania das mulheres numa sociedade na qual, mulheres e homens, em sua grande maioria estão excluídos da riqueza social? Como conciliar cidadania com a ausência de políticas igualitárias ou compensatórias? Como fazer com que as mulheres sejam cidadãs quando, mesmo representando quase 41% da População Economicamente Ativa (PEA) nacional, têm rendimentos, em alguns casos, 50% menores que os dos homens? Como ajudar a reconstruir os Estados para que a cidadania seja um conceito que faça sentido? O equacionamento dessas questões, e de muitas outras, quem sabe possibilite o alargamento do campo do possível, mesmo em um quadro de sociedade excludente e hierárquica e, possam permitir entendermos onde estará nossa cidadania.

É a mulher quem lidera as taxas de desempregos nas principais Regiões Metropolitanas do país. É a mulher quem continua a exercer atividades domésticas. É a mulher que continua trabalhando sem remuneração. É a mulher quem continua a exercer muito timidamente cargos de chefia, e assim por diante. Em pleno século XXI se faz necessário uma reflexão com relação ao modelo educacional, ao qual estamos vinculadas e vinculados, para questionar a sua eficácia no que diz respeito à conquista dos direitos iguais e da equidade de gênero. Será que não continuamos a reproduzir um modelo conservador, estereotipado e cheio de repressões para com as mulheres? Será que as mulheres têm plena consciência do seu papel dentro da sociedade? Será que a mulher sabe exercer a sua cidadania?

A luta das mulheres pela igualdade em todos os âmbitos da sociedade, no trabalho, em casa, na escola, foi e ainda é uma luta solitária, marcada por fortes tragédias. Não é à toa que o dia 8 de março é considerado o dia Internacional da Mulher. Esse dia foi marcado por uma grande tragédia. Mulheres norte-americanas dirigiram a primeira greve organizada exclusivamente por mulheres, que lutavam pela redução da jornada de trabalho e pelo fim das péssimas e desumanas condições de trabalho. Cento e vinte e nove tecelãs da Fábrica Cotton cruzaram os braços como forma de protesto para exigirem dos patrões os seus direitos. Foi então, que no dia 8 de março de 1857 aconteceu um dos maiores crimes de toda história do movimento operário. A polícia, a



mando dos patrões, fechou todas as saídas da fábrica e a incendiaram. As mulheres encurraladas e indefesas, sem terem para onde ir, morreram carbonizadas entre as chamas e asfixiadas pela fumaça. Cinquenta e três anos depois desse terrível episódio, em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres, na Dinamarca, a ativista Clara Zetkin propôs à Conferência que esse dia fosse declamado como o Dia Internacional da Mulher. Ainda hoje este dia é marcado por manifestações de protestos, sendo comemorado pelos lutadores e lutadoras de todo o planeta como um símbolo da resistência operária, mobilizando as amplas massas femininas contra a opressão capitalista (GUIMARÃES, 1999).

A luta de 150 anos atrás permanece atual. O processo de reestruturação por que têm passado as grandes empresas capitalistas e as políticas neoliberais em curso na maioria dos países reforçam a condição de exploração e a condição de opressão da mulher. No Brasil, todos os dias têm sido de luta contra a exclusão social, o desemprego, a retirada de direitos sociais, o arrocho salarial, enfim, a falta de condições para uma vida digna, que atinge principalmente as mulheres. Elas recebem até 50% menos que os salários dos homens, exercendo a mesma função, e o desemprego entre as mulheres é 6% maior que entre os homens.

Diante desse quadro de discriminação sofrido pela mulher, sendo muitas vezes até legitimado pelas normas do Estado e pelo costume, as mulheres passaram a se organizar em pequenos grupos, ou isoladamente. Lutavam pela mudança desse quadro legal, no sentido de ampliar a cidadania feminina e alterar o padrão cultural assimétrico que caracterizava a cultura jurídica brasileira e mundial. Empenhavam-se, assim, essas precursoras, em dar origem a um direito alternativo, que significava a ampliação da cidadania das mulheres, na esfera dos direitos políticos.

Só na época contemporânea é que a mulher vem receber uma atenção especial no que diz respeito à educação. Ela surge, ao lado da criança e das pessoas portadoras de necessidades especiais, como os novos sujeitos educativos. Depois de milênios de subalternidade social e educativa, de exclusão da escola e da instrução, é que a mulher se afirma cada vez mais no centro da cena educativa. Os problemas da educação feminina e da instrução das mulheres impuseram-se à atenção de toda a sociedade. A ascensão social das mulheres produziu um profundíssimo embaralhamento das cartas educativas e pedagógicas. A prática educativa passou a ser trabalhada para um sujeito novo, a mulher, a criança, o portador de necessidades especiais. As instituições



formativas, desde a família até a escola, a fábrica etc., foram renovadas, dando vida a um processo de socialização dessas práticas e de articulação e sofisticação.

Mesmo no século XX, quando já se apresentavam alguns progressos com relação à educação feminina, ainda assim era possível encontrar estudiosos que continuavam a defender um modelo de educação discriminatório, o qual privilegiava os homens e excluía as mulheres. John Dewey, por exemplo, foi um deles. Ele defendia que nas escolas deveriam ser construídos laboratórios de vários tipos, com atividades escolares produtivas como a tecelagem e a carpintaria, e atividades familiares como cozinhar. As meninas deveriam ser hábeis donas de casas e os meninos deveriam assumir seus deveres futuros.

Os movimentos feministas – iniciados ainda no século XIX, destinados ao resgate social e à afirmação política das mulheres, reclamando o direito ao voto, à instrução, às tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade – puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do gênero. Também colocaram em dúvida o modelo tradicional de formação, caracterizado apenas pelo modelo masculino, visto como superior e universal, mas marcado pelos preconceitos do machismo: do domínio à violência, ao racionalismo abstrato formal, à repressão e sublimação dos instintos, que negava o sexo feminino, e por isso, agora, as mulheres vêm reapropriando-se da sua identidade e do seu papel social, antes completamente negado.

O feminismo reivindicou igual oportunidade e emancipação social das mulheres. Isso significava a luta pela plena escolarização, também, das mulheres; por uma abertura das profissões e das carreiras “masculinas”; por um apoio para a maternidade que permitia a sua permanência no trabalho: com creches, escolas para a infância etc. Reivindicou também a especificidade do feminismo, da cultura no feminino, afirmando a prioridade educativa de gênero, já que na realidade se educam sempre ou homens, ou mulheres, e nunca os dois juntos. Sendo assim, implantou-se uma “pedagogia da diferença”, que teve uma discreta difusão e que se propôs a afirmar em pedagogia e não só em educação os valores, os princípios, as práxis e os ideais do universo feminino, operando uma radical transformação também na filosofia da educação: abrindo-a para os valores femininos, sendo pensada para as mulheres pelas mulheres.

A partir dos diversos momentos históricos, a luta pelo direito ao voto em 1934, à criação dos direitos trabalhistas nas décadas de 1930 e 1940, a ampliação dos direitos das mulheres casadas em 1962 e a ampliação geral da cidadania feminina desde 1970,

pode-se dizer que a situação da mulher, no contexto da legislação brasileira, tem sofrido uma evolução positiva, mas desigual, nas diversas áreas do direito.

### O rádio como veículo de educação no universo feminino de Palmas-TO<sup>6</sup>

A pesquisa resultou nas seguintes observações: relativamente ao hábito de escutar rádio, informação importante para avaliação do veículo e da forma de utilizá-lo, constatamos haver uma audiência significativa. Conforme mostra a Figura 1, cerca de 65% escuta rádio por mais de 30 minutos diários e apenas 20% não escuta. Este índice retrata bem as características do meio, que pode acompanhar a ouvinte em qualquer dia da semana, e em qualquer local.

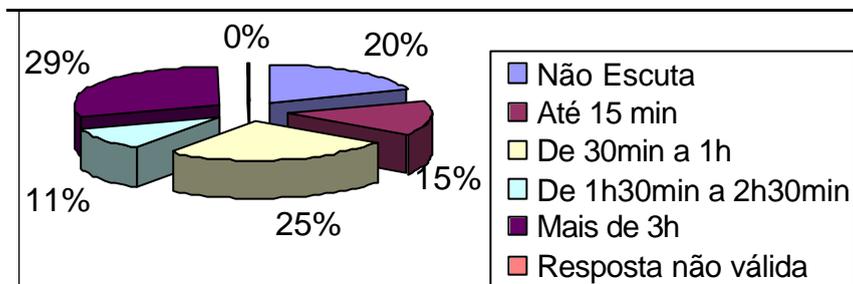


Figura 1. Tempo que as mulheres escutam rádio. Fonte: pesquisa de campo 2005/1.

O programa de rádio pode, assim, constituir-se num instrumento para incentivar a reflexão a respeito das mais diversas temáticas. De acordo com Giroux e McLaren (apud SOUZA, 2002), a pedagogia está presente em qualquer lugar em que se possa traduzir a experiência e construir verdades, qualquer que seja seu nível de profundidade.

Desta forma, a compreensão dos fatos é mais acessível a todas as camadas sociais, como afirma Lopes (1988, p.120):

O efeito do discurso é o estabelecimento de uma relação intimista e afetiva entre o comunicador e o ouvinte. Através da linguagem coloquial e emotiva, o comunicador cumpre as funções do amigo, do familiar, do conselheiro. Isto lhe permite produzir um discurso

<sup>6</sup> Colaboraram com esta pesquisa os estudantes de Comunicação Social do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA) Jaklene da Silva Souza e Whilker Santana Wanderley.



comercial, moral, estético, afetivo, passando de um para outro sem a menor dificuldade, uma vez que todos eles são objeto de um mesmo investimento ideológico.

Maria Inês Santos (2004, p.46) afirma que o rádio buscou um espaço diferenciado da TV, o que o tornou mais regional e local. Para ela o rádio, desde então, busca seu envolvimento com a comunidade, através de serviços de utilidade pública.

[...] através da utilização do cômico e do melodrama, resgatando dessa forma, substratos dos programas humorísticos das décadas de 40 e 50 e do radiodrama – gênero que, através das radionovelas, melhor caracterizava o rádio daquela época -, reatualizando um *sensorium*, como diria Barbero, que caracteriza o gosto popular. [grifos do autor]

Como podemos perceber, o rádio pode ser um agente promotor do desenvolvimento da cidadania das mulheres e, especialmente, neste caso, das palmenses. Através de programas simples e dinâmicos é possível se discutir assuntos que promovam um maior conhecimento, por parte das mulheres, dos seus direitos enquanto cidadãs. Sem falar que a oralidade tem se mostrado fundamental para ajudar a ampliar a auto-estima de qualquer pessoa e, no caso das mulheres, esse é um ponto de extrema importância na busca de sua cidadania.

### **Avaliação das principais temáticas sobre gênero, pelas mulheres de Palmas-TO**

Com relação aos assuntos que elas gostariam de ouvir, através do rádio, dentro das quatro grandes temáticas apresentadas, percebe-se uma ansiedade e necessidade de se abordar assuntos como: *Guarda dos filhos e pensão alimentícia; Casamento e separação; Igualdade no pagamento e benefícios para maternidade; Violência sexual e doméstica; Doenças sexualmente transmissíveis; e Câncer e Aborto.*

Para cada área temática, foram apresentados assuntos para que elas ordenassem, por grau de importância, aqueles que elas mais gostariam que fossem discutidos através de programas de rádio. Para cada tema, foi, também, apresentada a opção de *não interesse*. Verificou-se que, em relação a todos os temas, o percentual de *não interesse* foi muito pequeno, reduzindo-se a quase zero na temática *Saúde da mulher*. De fato, das seiscentas entrevistadas, apenas uma afirmou não ter interesse algum sobre os assuntos

apresentados em relação a esse tema. A Figura 2 ilustra o ordenamento dos interesses das mulheres de Palmas por cada tema.

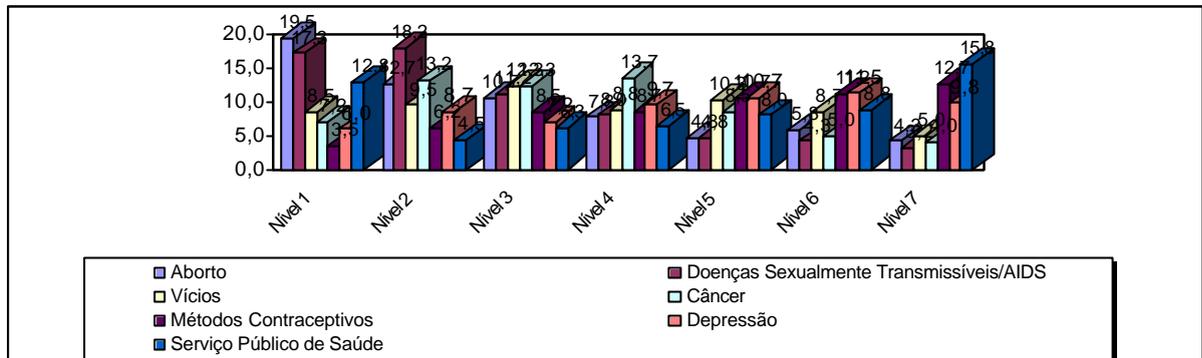


Figura 2. Temas na área da saúde de interesse para discussão no rádio. Fonte: pesquisa de campo 2005/1.

Apesar de se poder concluir pela existência de interesse em todos os assuntos, os resultados sugerem que, relativamente à temática *Saúde da mulher*, o interesse é ainda maior.

A pesquisa revela, no caso específico de Palmas, o papel fundamental que o rádio pode exercer na formação política e social das mulheres, uma vez que constitui um veículo de grande audiência para este público, não conflitando com os afazeres cotidianos das mulheres. A comunicação produzida por e para os setores subalternos organizados, como afirma Peruzzo (2007, p.02), vem contribuindo para ampliar o aspecto educativo em torno do exercício da cidadania. E para a autora “a conquista da cidadania significa a passagem de súditos para cidadãos, cujo arcabouço social requer o envolvimento da pessoa, condicionando-se seu status de cidadão à qualidade da participação”. Essa participação se dá através da educação, à medida que as pessoas têm conhecimento e consciência de seus direitos e deveres. O rádio, então, tem papel fundamental nesse processo.

### Considerações Finais

Percebe-se, então, que a mulher está interessada em ouvir assuntos inerentes a sua vida, e que o rádio, como um veículo de massa, pode, e tem a obrigação de cumprir o seu papel de informar. Como afirma Gisela Ortriwano (1985), este veículo de comunicação mobiliza massas, levando-as a uma participação ativa na vida.



Diferentemente do homem, a mulher nunca aprendeu a pensar em si mesma, a acreditar que tinha direitos e não apenas obrigações. Ela absorveu a cultura machista e assumiu um papel submisso ao homem, transmitindo, inclusive, essa cultura aos seus filhos e filhas, através da educação que ela própria diferenciava entre os dois. A mulher sempre foi muito lutadora. Mas, primeiro ela aprendeu a lutar pelos outros, ou seja, pelo marido, pela prole, pela família. Só depois de muito tempo é que toma consciência de que também deve lutar por si mesma e por outras mulheres, na busca do reconhecimento como cidadã atuante e participativa de todo o processo histórico.

Mas ainda há muito por avançar, principalmente em questões como a busca por igualdade nas relações de trabalho, a luta por salários iguais em funções iguais, o combate à violência sexual e doméstica, o direito à saúde e à educação. Fatos pelos quais os resultados desta pesquisa em Palmas evidenciaram a necessidade de uma permanente discussão sobre gênero e as questões inerentes à construção de sua cidadania. E o rádio, como um veículo de características peculiares, por possuir um baixo custo de produção e veiculação das propostas elaboradas para os programas, se comparados à televisão, por exemplo, demonstra ser o meio ideal para tal atividade.

Todas essas questões aqui apresentadas apontam para uma questão: a educação. Mas não uma educação qualquer, e sim a educação como prática da liberdade, proposta por Paulo Freire (1981). O autor enfatiza, ainda, que para que se possa assumir a responsabilidade é necessário que aconteça a tomada de consciência. E esta, só acontecerá se, primeiro, a pessoa identificar o problema concreto, sentir-se parte dele e depois perceber que esse problema insere-se em uma situação maior, de uma coletividade e que para transformar essa realidade é preciso uma ação conjunta.

Esperamos, com a pesquisa, que, efetivamente, se venha a construir programas de rádio capazes de ilustrar o universo feminino, de forma: i) inquietar as mulheres de Palmas em relação a vários aspectos de sua vivência cotidiana; ii) provocar os debates necessários à conscientização relativamente a sua condição de gênero; e iii) incentivar a participação política e o exercício da cidadania.

## **Referências bibliográficas**

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? Problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa (Org.). **Gênero e educação**: múltiplas faces. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.



CEDIM. **Cartilha dos Direitos da Mulher**. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Tocantins: Secretaria da Cidadania e Justiça, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **A mulher de batom, graxa e macacão: uma abordagem histórica acerca da presença da mulher no curso técnico de mecânica da Escola Técnica Federal da Paraíba**. João Pessoa, CEFET/PB, 1999.

LIMA, Maria José. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, Maria et al. **Como trabalhar com mulheres**. Petrópolis: Vozes, 1989.

LOPES, Maria Immacolata V. **O rádio dos podres: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Loyola, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT, 1999.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana – **A Informação no Rádio** – São Paulo: Summus, 1985



PERUZZO, Cecília. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. 2007. Disponível em: <[http://www.educomradio.com.br/cafe/textos/comunicacao\\_comunitaria.doc](http://www.educomradio.com.br/cafe/textos/comunicacao_comunitaria.doc)> Acesso em 25 maio 2007.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Gênero e comunicação: o masculino e o feminino em programas populares de rádio**. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHULER, Margaret. Los derechos de las mujeres son derechos humanos: la agenda internacional del empoderamiento. In LEÓN, Magdalena (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Colômbia: TM Editores, 1997.

SILVA, Valquíria Guimarães. **Pedagogia da submissão nas relações de gênero: um olhar sobre sexualidade, corpo e saúde entre mulheres de uma comunidade no município de Cabedelo - PB**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2004.

SOARES, Ismar. **Uma educomunicação para a cidadania**. 2001. Disponível em: <<http://www.educomradio.com.br>> Acesso em 30 abr 2005.

SOUZA, Jane Felipe. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**, 2002. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/SOUZA.pdf>> Acesso em: 12 jan 2004.

SOUZA, Valquíria Alencar de. **Um olhar de gênero nas temáticas sociais**. João Pessoa: Idéia, 1997.

SUPLICY, Marta. **Condição de mulher**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.